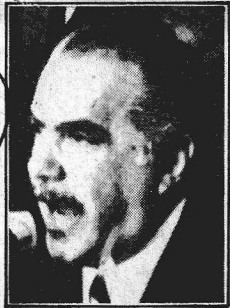


Um corte de Cr\$ 10 tri nas estatais

E o corte só não foi maior para não agravar a recessão. Mas o ministro Dornelles continua exigindo medidas mais duras contra o déficit público.



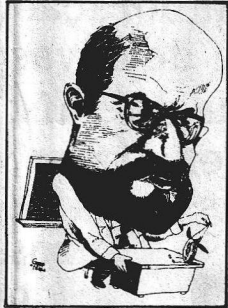
Sarney



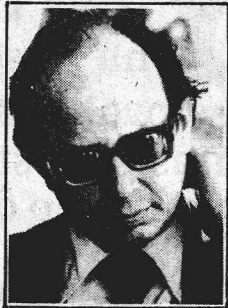
Dornelles



João Cunha



Sayad



Marcílio



Vital

O ideal é que o corte do déficit público fique entre Cr\$ 25 a 30 trilhões, atingindo de preferência as empresas estatais, o que representaria de 8% a 10% do orçamento destas empresas. A proposta voltou a ser feita ontem no Rio pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, ao mesmo tempo em que se anunciava em Brasília que o presidente José Sarney já tinha autorizado o ministro do Planejamento, João Sayad, a cortar de Cr\$ 8 a 10 trilhões nos orçamentos das estatais. Sayad foi igualmente autorizado a dinamizar o programa de desestatização, de modo a reduzir ao máximo possível as pressões sobre o déficit público.

Como admitiu o porta-voz adjunto da Presidência, jornalista Frota Netto, "o corte é numericamente modesto diante da necessidade de reduzir drasticamente o déficit governamental e, em consequência, as taxas de juros internas, mas há também o pressuposto de manter presente no setor privado a expectativa de crescimento econômico do País, um dos compromissos do governo Sarney".

Esta é precisamente uma das teses de Sayad. Além disso, o titular do Planejamento foi autorizado a agir junto aos ministros a que estão subordinadas as empresas atingidas pelos cortes, para que sejam obrigadas a cumprir as novas medidas de austeridade. "Os cortes serão efetivamente cumpridos, sem margem de negociação", comentou um assessor presidencial.

Sayad foi incumbido de acelerar o programa de desestatização. Sarney recomendou que sejam incluídas na lista das empresas desestatizáveis todas aquelas que ocupam espaços onde a iniciativa privada tem capacidade de atendimento, ou aquelas que estão pressionando o agravamento do déficit público. Mas serão levados em consideração aqueles programas de investimentos considerados válidos e de retorno a curto e médio prazo para a economia do País.

"Juros não baixam"

Enquanto isto, no Rio, o ministro Francisco Dornelles previa que os cortes só seriam anunciados dentro de dez a 15 dias, e insistia na tese de que os juros apenas vão cair após a redução do déficit público. Após falar na Escola Superior de Guerra, Dornelles reiterou que os juros estão altos em consequência do fato de "o governo não haver conseguido eliminar o déficit do setor público".

Após ressaltar que toda a sociedade brasileira é contra taxas elevadas de juros, o ministro disse que, na análise do déficit de caixa dos meses de abril e maio, verifica-se que foi superior a Cr\$ 4 trilhões. "Um déficit nesse nível ou com valores algumas vezes quase igual a Cr\$ 5 trilhões só pode ser financiado por duas maneiras: com o governo entrando no mercado financeiro para tomar dinheiro emprestado ou emitindo moeda."

No momento em que o governo entra no mercado como grande tomador de dinheiro, passa a existir a tendência normal de elevação das taxas de juros. "A outra solução, que seria a preferência para emissão maciça de moeda, traria, como consequência nefasta, grande incremento no processo inflacionário."

Disse que por duas vezes o governo tentou reduzir juros mediante redução das taxas no mercado aberto e salientou: "Além de ter de voltar atrás na decisão de reduzir os juros, essas experiências trouxeram como consequência uma explosão inflacionária que elevou as taxas para um patamar nunca mais revertido, razão pela qual descarto o tabelamento dos juros".

O ministro da Fazenda deixou claro que o governo não vai mudar a política monetária, por não acreditar na viabilidade da queda nas taxas de juros, de maneira definitiva, sem que ocorra primeiro a redução do déficit público, que, prioritariamente, se fará mediante cortes que não prejudiquem os programas de desenvolvimento. "Não acredito na eficácia de algumas medidas artificiais, do tipo tentar fazer uma política de baixa de juros com déficit elevado do setor público", acrescentou.

Dornelles defendeu as mesmas considerações perante os estagiários da ESG, quando também fez um relato das negociações em andamento com o Fundo Monetário Internacional que, segundo explicou, "ocorrem em ritmo normal". Acrescentou que no momento falta discutir as formas de eliminação e financiamento do déficit do setor público, ou seja, que parcela desse déficit será eliminada por reajustamento de carga fiscal e qual será financiada por colocação de títulos no mercado ou emissão de moeda.

Ressaltou que a discussão sobre o equilíbrio das contas internas não é um problema para o FMI, e sim do governo brasileiro, mas o Brasil entende que deve ter contas equilibradas e que não pode manter uma economia crescendo com desequilíbrios no setor público.

Menos impostos

O ministério da Fazenda deverá anunciar, ainda no mês de junho, um "pacote" de medidas para reduzir a taxa de juros no mercado financeiro, especialmente com a diminuição do imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos e privados nominativos em até 25%. A informação é do secretário geral do Ministério da Fazenda, Sebastião Marcos Vital.

Além da redução da carga fiscal sobre títulos, o Ministério da Fazenda está estudando mais três medidas para baixar a taxa de juros: a diminuição da "compartimentação" do sistema financeiro; utilização de parcela dos recursos do PIS-Pasep na capitalização de pequenas e médias empresas; e o emprego do Banco do Brasil como sinalizador da taxa de juros, através do aumento da captação de recursos, por meio de certificados de depósito bancário, na carteira de crédito geral.

Entretanto, Vital admitiu que, a longo prazo, a taxa de juros somente sofrerá uma queda real quando o governo deixar de disputar com o setor privado a poupança interna, ou seja, quando o déficit público, cerca de Cr\$ 100 trilhões, for reduzido.

A posição do Ministério da Fazenda, segundo observou Vital, é utilizar mecanismos "realistas" para diminuir a taxa de juros, sem apelar para artificialismos. Acrescentou que, a médio prazo, a diminuição do depósito compulsório incidente sobre os depósitos à vista nos bancos comerciais também está sendo analisada.

Os resultados da Petrobrás no primeiro trimestre

No primeiro trimestre de 1985, o lucro líquido das empresas do sistema Petrobrás atingiu

Cr\$ 929,8 bilhões, com um crescimento de Cr\$ 845,8 bilhões em relação aos resultados obtidos no mesmo período do ano passado.

O faturamento bruto somou Cr\$ 18.242,7 bilhões, com aumento de 247,1% em comparação com os números de 1984. O faturamento líquido apresentou acréscimo calculado em cerca de 244,6%.